

Alterações no discurso político: a emergência da pós-verdade e os desafios na busca do entendimento à luz da teoria da ação comunicativa

Bruno Rafael Gueiros, Pedro Spíndola & Karl Heinz Efken

Universidade Católica de Pernambuco

bruno.2022800000@unicap.br / pedro.2020800137@unicap.br / karl.efken@unicap.br

Resumo

Este artigo discute o fenômeno da pós-verdade no discurso político contemporâneo e examina seu impacto na forma como as pessoas lidam com a informação. O estudo delinea transformações que incidem sobre estruturas técnicas, temporais, cognitivas e discursivas da sociedade como aspectos significativos na disseminação da desinformação e na ascensão da pós-verdade nas últimas décadas. A partir de tais transformações estruturais, distingue-se a pós-verdade como uma escolha estratégica empregada para manipular o debate público, caracterizada por fatores como apelo emocional, dissimulação, distorção de dados, deslegitimação das instituições e disseminação em larga escala. Além disso, o artigo situa essa discussão no contexto da teoria da ação comunicativa

de Jürgen Habermas, destacando a importância de uma esfera pública forte, pensamento crítico e deliberação democrática para enfrentar os desafios impostos pela pós-verdade. Contudo, embora a estrutura de Habermas forneça um importante modelo explicativo para compreender a interação entre linguagem e verdade, o artigo reconhece as complexidades desse empreendimento diante das mídias digitais, da aceleração social do tempo e do autoritarismo político. Em conclusão, esta pesquisa enfatiza a importância da racionalidade comunicativa e da deliberação democrática como ponto de partida a oferecer princípios fundamentais para promover o entendimento em uma era dominada pelo discurso da pós-verdade.

Palavras-chave: discurso pós-verdade, desinformação, comunicação política, verdade e linguagem, deliberação democrática

Changes in political discourse. The emergence of post-truth and the challenges in the quest for understanding in light of the theory of communicative action

Abstract

This article discusses the phenomenon of post-truth in contemporary political discourse and examines its impact on how individuals engage with information. The study outlines transformations affecting technical, temporal, cognitive, and discursive structures of society as significant aspects in the spread of disinformation and the rise of post-truth in recent decades. It distinguishes post-truth as a strategic choice employed to manipulate public debate, characterized by factors such as emotional appeal, deception, data distortion, delegitimization of institutions, and widespread dissemination. Additionally, the article situates this discussion within Jürgen Habermas's theory of communicative action, highlighting

the importance of a strong public sphere, critical thinking, and democratic deliberation to address challenges posed by post-truth. However, while Habermas's framework provides a valuable explanatory model for understanding the interaction between language and truth, the article acknowledges the complexities of this endeavor in the face of digital media, social acceleration, and political authoritarianism. In conclusion, this research emphasizes the significance of communicative rationality and democratic deliberation as foundational principles to promote understanding in an era dominated by post-truth discourse.

Keywords: post-truth discourse, misinformation, political communication, truth and language, democratic deliberation

Data de submissão: 2023-12-02. Data de aprovação: 2024-03-12.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

1. Introdução

Nos últimos anos, o uso desenfreado da desinformação como recurso discursivo chamou a atenção de analistas políticos, sob a alcunha de pós-verdade. A ascensão de líderes de extrema direita ao poder via eleições, a radicalização do debate público evidenciada nas redes sociais digitais e a utilização de técnicas contemporâneas de propaganda engendradas nas novas tecnologias da comunicação expõem uma alteração no registro do discurso político e nas estruturas técnicas, temporais e cognitivas a partir das quais este discurso é formulado. Nesta recente reconfiguração, a pós-verdade é, para além de uma *era*, também uma escolha estratégica de atores sociais interessados na desorientação do público, na anulação da pretensão de validade e na deslegitimação das instituições em favor de uma agenda de sujeição social.

O termo “pós-verdade” foi reconhecido como a palavra do ano de 2016 pelo Oxford Dictionaries, significando situações em que os fatos objetivos têm menos impacto na opinião pública do que apelos emocionais e crenças pessoais. O Dicionário destaca que o termo foi usado por Steve Tesich (1992), referindo-se aos eventos do escândalo do Irã e da Guerra do Golfo, expressando a resignação de que os cidadãos, de maneira voluntária, optaram por viver em uma realidade de pós-verdade. Em 2004, Ralph Keyes retoma essa discussão em seu livro “The Post-Truth Era” (Keyes, 2018).

A pós-verdade encontrou terreno fértil para se estabelecer e proliferar no cenário mundial que emergiu nos anos 1990, marcado por transformações geopolíticas e tecnológicas significativas. A desintegração da União Soviética em 1991 não apenas encerrou a Guerra Fria, mas também inaugurou uma nova ordem mundial multipolar. Neste contexto, a globalização acelerou uma expansão sem precedentes do capitalismo de mercado. Simultaneamente, o surgimento da China como uma potência econômica moderna alterou o equilíbrio de poder global, desafiando a hegemonia ocidental e introduzindo uma nova dinâmica na geopolítica e na economia mundial. Na esteira dessas transformações, o conceito de pós-verdade ganha relevância como reflexo das mudanças na forma como a informação é produzida e consumida.

A hegemonia do neoliberalismo promove uma visão de mundo que enfatiza a liberdade individual e o mercado como determinantes principais nas relações sociais e políticas. Essa perspectiva, aliada ao desenvolvimento da Internet e das mídias sociais, contribuiu para um ambiente em que a pós-verdade se enraizasse como um fenômeno que reflete não apenas a manipulação intencional de informações, mas também uma transformação mais profunda na percepção e valorização da verdade dentro da sociedade contemporânea. Nesse contexto histórico, David Harvey (1992) sublinha a valorização do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico, elementos que ressoam fortemente com a natureza da pós-verdade no cenário mundial pós-1990, com rejeição à possibilidade de uma ordem racional. Assim, a pós-verdade pode ser vista como mais um sintoma dessa condição: a verdade objetiva passa a ser frequentemente subordinada à percepção subjetiva e à manipulação narrativa.

2. Transformações estruturais do século XXI

Nas últimas três décadas a dissimulação passou a ocupar um lugar de normalidade no discurso político, que já não causa estranheza ao público, nem parece impor qualquer autocensura ao enunciador. A pós-verdade surge como uma tentativa de explicar esse cenário, no qual a verdade (ou a noção de verdade) é alvo de esvaziamento. No ambiente híbrido, onde materialidade e virtualidade se fundem e onde relações humanas são mediadas pela Internet, apontar as tecnologias digitais como únicas causadoras desse fenômeno parece ser uma tentativa simplista de interpretar a realidade. No entanto, como veremos a seguir, é possível pontuar mudanças fundamentais na maneira como as pessoas percebem e processam

informações. Para Neil Postman (1994), “as novas tecnologias alteram a estrutura de nossos interesses: as coisas sobre as quais pensamos. Alteram o caráter de nossos símbolos: as coisas com que pensamos. E alteram a natureza da comunidade: a arena na qual os pensamentos se desenvolvem” (p. 29).

É importante reconhecer a complexidade dos fluxos informacionais na sociedade contemporânea e a consequente emergência da desinformação como fenômeno endêmico à estrutura da comunicação digital. A era digital, caracterizada por uma multiplicidade de plataformas e tecnologias de informação, promove um ambiente no qual o fluxo de informações circula de maneira acelerada e quase ilimitada. Esse contexto facilita a disseminação de notícias, opiniões e conteúdos diversos, mas também abre caminho para a proliferação de desinformação, onde a veracidade dos dados frequentemente se embaça diante da velocidade e do volume com que são compartilhados.

As transformações sociais mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação instantânea (TI) se beneficiam profundamente das análises de Manuel Castells (2005). Sua perspectiva analítica ressalta o papel das TI não apenas como ferramentas de processamento de informação, mas como elementos centrais na reconfiguração das estruturas sociais, econômicas e políticas contemporâneas. Castells identifica a informação como a matéria-prima de um novo paradigma tecnológico, sublinhando a transição para uma era em que a geração e o uso de conhecimento através das TI alimentam um ciclo contínuo de inovação. Este processo é marcado pela rápida globalização das tecnologias de informação entre as décadas de 1970 e 1990, apesar de sua difusão desigual, e pela penetração dessas tecnologias em todos os aspectos da vida humana, redefinindo os modos de interação social e organizacional por meio da lógica de redes.

Observar, então, a pós-verdade como efeito de um processo mais complexo de transformação das estruturas parece ser um interessante ponto de partida na tentativa de entender a ascensão de um discurso autoritário que as tecnologias recentes se propunham a arrefecer. A princípio, é possível afirmar que houve um importante deslocamento da verdade e de sua eficácia, acentuada nos últimos anos. Foucault (1996) pontua que a verdade enquanto ritual do poder, constituída pela autoridade do enunciador, passou para o próprio enunciado. Em tempos e espaços diferentes, são também distintas as instituições que produzem os efeitos de real, das crenças e das convicções. A partir do século XIX, a religião tem seu espaço tomado gradativamente pela ciência enquanto “fonte da verdade” incidindo, inclusive, em outros campos da sociedade nos séculos XX e XXI. No entanto, Piovezani, Curcino e Sargentini (2021) ressaltam que a complexidade da história abrange movimentos de *refluxo* e convive com a circulação de *terraplanismos*.

Para compreender a pós-verdade, observamos (quadro 1) uma conjunção de fatores numa *tempestade perfeita* formada a partir de transformações estruturais do século XXI. Tais transformações incidem sobre estruturas técnicas, temporais, cognitivas e discursivas.

Quadro 1 - Transformações estruturais do século XXI

| TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA MODERNIDADE TARDIA: A TEMPESTADE PERFEITA PARA A EMERGÊNCIA DA PÓS-VERDADE | | | |
|---|--|---|---|
| TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRUTURAS TÉCNICAS | TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRUTURAS TEMPORAIS | TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRUTURAS COGNITIVAS | TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRUTURAS DISCURSIVAS |
| Internet Dispositivos móveis Mídias sociais Publicidade de controle | Compressão tempo- espaço Aceleração social do tempo Info-descartabilidade Destemporalização | Anestesia e insensibilidade Seleção de informações Desempenho e burnout Fragilidade da reflexão | Apelo às emoções Crise de representação Deslegitimação das instituições Dissimulação naturalizada |

A pós-verdade já foi observada sob diferentes perspectivas. Entre elas, destacam-se as que a põem em análise moral e ética, como uma consequência comportamental das mídias digitais e, finalmente, as que a enxergam como estratégia e prática deliberada de manipulação (Andriolo, 2021). A escolha, em 2016, do termo pós-verdade como palavra do ano pelo Dicionário Oxford, devido ao aumento na quantidade de buscas em meio às eleições estadunidenses e ao referendo do *Brexit* deu notoriedade à definição que enfatiza a prevalência de crenças pessoais sobre ‘fatos objetivos’ no debate público. Essa tem sido a denotação basilar para a maioria das discussões a respeito da pós-verdade. No entanto, apesar de considerarmos tal proposição válida e, até certo ponto, contributiva, buscamos elaborar um entendimento que sintetize parte dessas dimensões conceituais já exploradas enumerando aspectos práticos, que funcionem como critério de caracterização e permitam identificar o que classificamos como discurso da pós-verdade. Mesmo não dando conta de toda a complexidade do fenômeno, nossa proposição oferece uma base comum para o debate, a troca de ideias e o confronto com pretensões de verdade, correção e sinceridade que parecem fundamentais nos processos de procura por entendimento, até pouco tempo considerados aceitos pela comunidade científica.

Na esfera discursiva, compreendemos a pós-verdade como um fenômeno que provoca alterações substanciais no discurso político. Este fenômeno tem sido objeto de estudo desde o início do século XXI e pode ser caracterizado pelos seguintes fatores: 1) despertar de emoções negativas, 2) dissimulação, 3) distorção de dados, 4) deslegitimação das instituições, 5) disseminação em escala. O apelo a sentimentos como medo, dúvida, incerteza e desorientação movem o discurso político da pós-verdade. Esse grupo temático mobiliza *negatividades*, de forma a empurrar e manter indivíduos em grupos fechados e em “mundos paralelos”. Nesse sentido, a pós-verdade funciona como uma alavanca para realidades outras construídas a partir de um imaginário criado em comunidades virtuais. Tudo que não se encaixa numa determinada percepção de mundo, em grupos extremistas é entendido como inimigo a ser exterminado, pois ameaça a sua própria existência. A pós-verdade busca romper o pacto de entendimento intrínseco à linguagem, uma vez que fabrica consensos para preservar as realidades paralelas e interdita o debate público. Nessa perspectiva, os atores políticos que mobilizam as comunidades virtuais de orientação extremista não fazem questão de distinguir verdade e mentira, pois a pós-verdade introduz o interesse por *fatos alternativos* e opera no reforço ao viés de confirmação, que conta com a ajuda algorítmica das principais plataformas de redes sociais digitais (O’Neil, 2021). A ciência, assim, é relegada ao papel de coadjuvante que é acionado pontualmente apenas para reforçar convicções prévias. Diante disso, o discurso da pós-verdade pavimenta pontes para os extremismos e, nesse contexto, a dissimulação passa a ser socialmente aceita porque não é mais vista como disfunção, mas como natural da linguagem, derubando resistências que o pensamento crítico ofereceria.

3. A ascensão da pós-verdade na era digital

O desenvolvimento tecnológico acelerado a partir do século XX cria uma sociedade na qual o conhecimento e a informação são a base em que as relações de poder se estabelecem (Kumar, 1997). Os agentes sociais inseridos na economia capitalista agora competem pela influência no debate público, cada um almejando promover seus interesses na sociedade. Por meio das grandes corporações, o capital estabelece um modelo em que seus meios de comunicação, como livros, jornais, filmes, rádio e televisão, disseminam informações com o potencial de alcançar um amplo público. Essa comunicação é moldada por dinâmicas de poder que essencialmente ocorrem entre as empresas de mídia e as políticas governamentais.

Contrapor, identificar pontos de vista divergentes ou até mesmo questionar o que era veiculado pelas grandes empresas de comunicação representava um desafio significativo para indivíduos e instituições que discordavam, dado que as notícias eram predominantemente transmitidas através de rádio

e televisão, e esses veículos tinham o poder de ignorar opiniões opostas. Os meios de radiodifusão carregavam, portanto, a responsabilidade de moldar significados, atribuir sentidos e interpretar o que acontecia nas cidades, no país e no mundo.

O advento da internet transforma radicalmente a comunicação e a mediação digital modifica profundamente as relações de poder, a produção e a difusão de conteúdo. Se antes a informação partia de um indivíduo para muitos, num fluxo unidirecional regido por grandes corporações, agora parte de muitos para muitos, numa rede que habita um *universo híbrido*, cambiante entre realidade e virtualidade. É nessa sociedade em rede, descentralizada pela internet, em constante disputa sobre a tentativa de controle de governos e do capital, na qual os indivíduos não mais são vistos como massa, mas conectados, que emerge a pós-verdade.

Na sua observação sobre a atualidade, Byung-Chul Han (2021) descreve uma sociedade guiada para o desempenho e para a produção. Essa sociedade é também insensibilizada, acostumada a medidas paliativas: “Com a insensibilização induzida medicinal ou medialmente, a sociedade paliativa se imuniza contra a crítica. Também mídias sociais e jogos de computador atuam como anestésicos. A anestesia permanente social impede o conhecimento e a reflexão, *reprime a verdade*” (p. 29, grifo nosso). A curtida frequente e contínua leva, ainda segundo Han, a uma desconexão com a realidade e a uma anestesia permanente. Nessa repetição de doses, o confronto desaparece e dá lugar a uma apatia em relação à realidade, no que o autor chama de *era pós-fática*. Segundo a visão do autor, na sociedade paliativa a circulação de informação é acelerada e alcança velocidade máxima exatamente por não encontrar *resistência imunológica*.

Já no início da década de 1990, David Harvey (1992) observava uma mudança cultural, consequência de alterações políticas e econômicas importantes a partir de 1972, no que denominou de compressão tempo-espaço. Os indivíduos passaram a lidar de maneira diferente com a informação no ambiente onde o volume de dados cresce, enquanto o tempo para que eles percorram uma grande distância e cheguem a uma grande quantidade de pessoas é significativamente encurtado. As ferramentas informáticas tornaram possível uma comunicação “em tempo real”, que cria o sentimento de imediatismo que transcende qualquer barreira imposta pelo espaço ou pelo tempo (Lipovetsky e Serroy, 2011). Mesmo a partir dos nossos dispositivos pessoais (computadores e smartphones), ao lermos, assistirmos e visualizarmos os feeds de notícias online, sentimos como se estivéssemos participando de eventos que ocorrem em outros tempos e lugares: guerras, protestos, aulas, greves, espetáculos.

Esse contexto nos leva a refletir sobre a aceleração social de que trata Hartmut Rosa (2019): uma mudança importante nas estruturas temporais, marcada sobretudo por uma desvinculação dos acontecimentos em relação ao modelo espaciotemporal de até então. Ao citar Giddens e Castells, Rosa ressalta que os processos descritos sob as palavras-chave da revolução informática e comunicacional conduzem a outro significado, a uma experiência modificada de espaço, e ainda transformam a percepção do tempo social. Nesse sentido, não apenas o espaço, mas o tempo cronológico perde a função de orientação e as ações demandam, assim, novos sensores de orientação. A compreensão de Rosa sobre relações “fluidas” vai ao encontro do que Han (2021) descreve como *economificação da cultura*, que observa as relações e a produção a partir da lógica neoliberal de consumo. A aceleração do tempo influi no consumo de maneira definitiva com as ideias de obsolescência programada e obsolescência instantânea. É possível assumir que essa realidade se faz presente também no consumo de novidades, gerando a *descartabilidade das notícias*. No nosso tempo, quando aparece algo novo, já é velho: um envelhecimento permanente e contínuo. A relação das pessoas com as notícias reflete, de igual modo, essa efemeridade tão característica da modernidade. As reações instantâneas, instigadas pela internet, passam a ser uma atitude natural em detrimento da reflexão. Não há mais tempo para pensar em ou sobre, para um demorar-se em algo, ou como recomenda Nietzsche (2003): “O leitor de quem espero algo deve ter três qualidades: ele deve ser calmo e ler sem pressa, não deve sempre privilegiar a si e à sua ‘cultura’, não deve, enfim, esperar por encerrar um quadro de resultados” (p. 46).

No ambiente da comunicação digital, as utopias sobre uma sociedade conectada em que os usuários seriam ativos, com ameaça de fazer desaparecer monopólios, e que estaria num canal irreversível para diversidade pela lógica da tecnologia e do mercado parecem ser frustradas por um processo de *reintermediação* realizada por novos atores que se tornaram hegemônicos. X (ex-Twitter), Google e Meta são exemplos de empresas que partiram dessa lógica e tornaram-se gigantes da comunicação, principalmente pelo modelo comercial de venda de publicidade que oferecem. Embora submetidas a tais características, as mídias sociais ainda se colocam como um espaço de ampliar a diversidade e o acesso à cultura e à comunicação (Bustamante, 2010).

Ao gerar mudanças importantes nos indivíduos e nas relações sociais, a esfera pública que intermedia o Estado e a sociedade civil idealizada por Habermas (1996) é também fundamentalmente afetada. Se a imprensa de Gutemberg foi um dos marcos de início da esfera pública burguesa, a internet e as redes sociais digitais deram uma nova dimensão e fortaleceram o poder do público com um maior acesso à informação. Para Canclini (2008), a comunicação digital multiplicou os espaços de acesso aos saberes e à formação cultural. No oceano da informação, o desafio posto é a passagem “da conectividade indistinta para o pensamento crítico” (p. 24). A questão passa, então, a ser a *overdose* de dados que dificulta a seleção e hierarquização das informações. Quem está falando? O que está falando? A informação é relevante? A fonte é confiável?

Da popularização da internet e das formas de produção colaborativas, inicia-se uma cultura constituída fundamentalmente pela *tecnociência*, pelo individualismo, pelas mídias, pelo consumo e acabam por evidenciar também questões existenciais tais como identidade, crenças, crise de sentidos e distúrbios de personalidade (Lipovetsky e Serroy, 2011). Enquanto a sociedade disciplinar sobre a qual Foucault (1996) discorre é feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas, uma nova sociedade é estabelecida a partir de academias, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios: uma sociedade de *desempenho*. Os seus habitantes não são mais sujeitos da obediência, mas, sobretudo, sujeitos do desempenho e da produção (Han, 2017). O palco para essa sociedade e essa nova cultura é construído pela ampliação do universo da comunicação, da informação e da midiaticização. A cultura, agora denominada por Lipovetsky e Serroy (2011) de *hipercultura* (p. 10), impõe uma dinâmica frenética que força uma contínua remodelagem da vida em sociedade, inclusive, nas suas formas de organização e governo. O que propicia essa nova cultura é, a princípio, a sua estrutura técnico-operacional: um conjunto de práticas realizadas por pessoas conectadas a uma rede de computadores. O efeito é uma série considerável de ações que não aconteceriam, por conta da falta do aparato tecnológico adequado, em outros momentos ou lugares (Martino, 2014). Com o passar do tempo, esquecemos que estamos conectados via computadores. Criamos, assim, a ilusão de estarmos conectados diretamente entre seres humanos, uns com os outros.

Para Castells (2013), as comunidades virtuais não representam um sistema coerente de valores e normas. Elas se movem como um organismo e sentem sucessivas tentativas de manipulação e controle por atores poderosos. Mesmo que não identifique individualmente os usuários, a dinâmica das comunidades virtuais acaba sendo agressiva, à medida em que expõe os seus dados para fins de mercado. Nos sites de redes sociais, todos estão à mercê das investidas sobre a construção identitária dos indivíduos. A desorientação causada pelo excesso de informações gera não somente crise sobre as identidades e sobre as orientações espaciotemporais, mas também sobre o sentido.

Os teóricos da sociedade pós-industrial, da cibercultura e da sociedade contemporânea pavimentam conceitualmente o caminho para essa *hipermodernidade* que vivenciamos hoje. Esse tempo é permeado por uma teia complexa de conexões descentralizadas. Na nova cultura, a rede se transforma em espaço envolvente: o computador está em toda parte e ocupa todas as esferas da vida (Lévy, 2010). A onipresença das telas e a abundância de informação geram desorientação generalizada e os laços humanos são enfraquecidos frente à interconexão global e à hibridização do mundo. Nesse ambiente

de realidade e virtualidade, a rapidez dos dados e a sobrecarga de informação acabam por fragilizar a reflexão crítica, de forma que se torna impossível para um ser humano selecionar e hierarquizar as informações no alto volume em que as recebe, e essa tarefa é terceirizada para as grandes empresas de comunicação, por meio dos seus mecanismos de buscas “personalizados”. Nesse contexto, o discurso político é afetado e passa a incorporar recursos tecnológicos, estratégias, valores e outros aspectos tão característicos da *hipercultura*.

4. O agir comunicativo de Habermas

A teoria do agir comunicativo de Habermas enfatiza a importância da comunicação na criação e manutenção da ordem social e na obtenção de um entendimento comum. Em contraste com a compreensão tradicional do poder como algo que é imposto aos indivíduos, o autor argumenta que o poder deve ser visto como o resultado da interação comunicativa. Considerando, ainda, a concepção de poder que emerge da tradição que vai de Nietzsche a Foucault, crítica à filosofia da subjetividade, encontra em Habermas um crítico. Enquanto Nietzsche é um interlocutor frequente, à Foucault dedica de modo mais concentrado um capítulo inteiro no livro *O discurso filosófico da modernidade: doze lições* (Habermas, 2003), o capítulo IX (*Desmascaramento das Ciências Humanas pela Crítica da Razão: Foucault*) – sobre o Nietzsche, concentra-se no capítulo IV da referida obra. No capítulo IX, Habermas faz uma genealogia do pensamento foucaultiano. Já no capítulo X, “*Aporias de uma teoria do poder*”, tendo identificado o conceito de poder como foco da atenção de Foucault, Habermas (2000) explica o problema que enxerga na abordagem foucaultiana:

As aporias da teoria do poder deixam seus vestígios nas versões seletivas da historiografia genealógica, quer se trate da execução penal, quer da sexualidade nos tempos modernos. Nos déficits empíricos espelham-se os problemas metodológicos não esclarecidos. Certamente, Foucault criticara de maneira luminosa os embaraços das ciências humanas, próprios à filosofia do sujeito: essas fogem da aporética das autotematizações contraditórias do sujeito que se conhece para, dessa maneira, apenas se envolverem mais a fundo no cientificismo auto-reificante. Mas Foucault não examinou as aporias de sua própria abordagem de modo tão preciso a ponto de descobrir como sua teoria do poder é atingida por um destino análogo. Sua teoria quer elevar-se acima daquelas pseudociências, alcançando uma objetividade mais rigorosa, mas, com isso, só enreda-se mais desesperadamente nas armadilhas de uma historiografia presentista, que se vê obrigada a urn autodesmentido relativista incapaz de dar alguma informação sobre os fundamentos normativos de sua retórica.

Ao objetivismo do auto-apoderamento ali corresponde aqui um subjetivismo do autoesquecimento. Presentismo, relativismo e criptonormativismo são consequências da tentativa de reter, no conceito fundamental de poder, o momento transcendental das operações de produção, expulsando-lhe toda subjetividade. Esse conceito de poder não livra o genealogista da pressão para a autotematização contraditória. (pp. 411-412)

Destarte, sinteticamente, pode-se perceber o distanciamento de Habermas em relação a Foucault quanto à compreensão do poder (criticando Foucault por seu “reducionismo”), ceticismo e abandono da racionalidade e, ainda, por uma enorme diferença quanto a compreender a dimensão normativa. Além disso, Habermas é crítico, ainda, à abordagem metodológica de Foucault, por entender que seu relativismo não permite realmente superar a razão da filosofia da subjetividade.

Um dos conceitos centrais da teoria do agir comunicativo é a racionalidade comunicativa, que ele enxerga justamente como superação de uma filosofia cuja razão se centra no sujeito, criticada por Foucault, por exemplo, mas não superada por ele (Habermas, 2000). Habermas remete à ideia de que, para que a comunicação seja bem-sucedida, ela deve ser norteada pelos princípios de racionalidade,

incluindo o entendimento mútuo, o respeito à autonomia do outro e a busca da verdade. O objetivo seria alcançar um entendimento mútuo baseado no conhecimento e na verdade compartilhados, em vez de simplesmente impor os próprios pontos de vista a outros. Para Habermas, o conhecimento resulta de um intercâmbio linguístico entre os sujeitos. Para alcançar a racionalidade comunicativa, Habermas argumenta que a comunicação deve ser de natureza democrática, ou seja, todos os participantes de uma conversa devem ter oportunidades iguais para expressar seus argumentos e o processo de entendimento deve ser transparente e aberto. Por meio do diálogo democrático, os indivíduos podem se envolver, então, em um processo de argumentação e raciocínio, em que são capazes de desafiar os pontos de vista uns dos outros e chegar a uma solução mutuamente aceitável. No entanto, Habermas (2012) ressalta que “o agir comunicativo depende de contextos situativos que, de sua parte, representam recortes do mundo da vida concernentes aos participantes da interação” (p. 485), o que certamente pode comprometer os princípios de racionalidade, visto que o entendimento e a busca da verdade podem ser sobrepostos por interesses estratégicos.

Ora ocorre que alguém dá algo a entender a outro, incita-o de modo indireto a formar determinada opinião, ou a formular determinadas intenções em face de raciocínios que se desenvolvam com base na verificação de situações. Ora ocorre que alguém, interessado em ver cumpridos seus propósitos, cativa dissimuladamente um outro com subterfúgios da prática comunicativa já internalizada no dia a dia e assim, em favor do próprio êxito, instrumentaliza esse outro, levando-o a ter um comportamento obtido por meio de recursos linguísticos manipuladores da vontade alheia. Exemplos de tal emprego da linguagem, orientado por ocasionar certas consequências, parecem reduzir o valor da ação de fala enquanto modelo para o agir que se orienta pelo entendimento. (p. 500)

Além de promover a verdade e a compreensão, a teoria do agir comunicativo também destaca o papel da linguagem na formação da realidade social. Habermas argumenta que a linguagem não é apenas uma ferramenta para troca de informações, mas também um meio através do qual os indivíduos podem construir sua compreensão compartilhada do mundo. Ao usar a linguagem para comunicar seus pensamentos e experiências, os indivíduos são capazes de negociar as diferenças e chegar a um entendimento comum do que é verdadeiro. Assim, a teoria do agir comunicativo apresenta o papel fundamental da comunicação e do diálogo democrático na promoção da verdade e da compreensão. Por meio dos princípios da racionalidade comunicativa e do diálogo democrático, os indivíduos podem se engajar em um processo de entendimento mútuo baseado no conhecimento e na verdade compartilhados.

Essa abordagem oferece uma perspectiva interessante sobre a dinâmica de poder da comunicação, uma vez que demonstra que a busca por entendimento norteará comportamentos coordenados dos sujeitos; ou seja, para agir junto, o entendimento mútuo serve de guia ao comportamento de cada sujeito. Tem-se, então, um desafio antigo e um novo: o antigo se trata justo do agir coordenado pela estratégia que objetifica o outro ou o vê como um rival, eliminando ou dispensando as energias de ligação proporcionadas pela força do entendimento (Habermas, 2004). Aqui há apenas a pressão de influências e forças que determinam, com coação, o comportamento dos sujeitos. Comportamentos livres de coação (exceto a coação do melhor argumento, como diz Habermas), que guiam-se tão somente pelo entendimento, são necessariamente um fruto da racionalidade comunicativa. Já o novo desafio, imposto pelo signo da era da pós-verdade, agudiza um uso específico da racionalidade estratégica: o seu uso parasitário.

Habermas tem com muita clareza que há, no cotidiano, para além da colonização do mundo vivido pelos sistemas, um uso da racionalidade estratégica que se camufla como agir comunicativo, para ensejar comportamentos espontâneos nos sujeitos, para que estes sintam que agem de modo livre segundo o entendimento mútuo. Esse uso parasitário se torna sobremaneira presente na pós-verdade, porquanto os mecanismos no contexto da pós-verdade se colocam como elementos informacionais fundamentais para guiar as decisões do agir, do se comportar, socialmente. Ou seja, à luz do modelo Habermasiano, a pós-

-verdade pode ser vista como uma forma parasitária de ensejar comportamentos que parecem livres e autônomos, mas na verdade são estrategicamente guiados. Os sujeitos supõem seus entendimentos que são, no entanto, constructos desenhados estrategicamente para obtenção de comportamentos sociais.

Desta forma, primeiro compreenda-se que o agir comunicativo é uma forma de coordenar ações sociais em conjunto a partir do entendimento (Habermas, 2004), mas que na práxis comunicativa cotidiana este modo de coordenação entrelaça-se (mas não confunde-se) continuamente com o agir estratégico (Habermas, 1990):

É verdade que, no próprio agir comunicativo, as cadeias de ações dos atores singulares, estruturadas teleologicamente, atravessam os processos de entendimento; porque as atividades orientadas para um fim, dos participantes da interação, estão jungidas umas às outras através do meio que é a linguagem. Contudo, o meio linguístico só pode desempenhar essa função de cópula se ele *interromper* os planos de ação controlados respectivamente pelo próprio sucesso e se modificar temporariamente o modo da ação. (p. 74)

A segunda questão a ser considerada é que além deste entrelaçamento entre agir comunicativo e estratégico, em virtude do *medium* comum que compartilham (e dos imperativos sistêmicos que colonizam o mundo vivido), há ainda o uso parasitário do agir estratégico (Habermas, 1990): “O uso estratégico latente da linguagem vive parasitariamente do uso normal da linguagem, porque ele somente pode funcionar quando pelo menos uma das partes toma como ponto de partida que a linguagem está sendo utilizada no sentido do entendimento” (p. 73).

Destarte, considerando o segundo desafio, percebe-se que a pós-verdade torna ainda mais complexo este entrelaçamento, porquanto intensifica a presença parasitária do agir estratégico, de modo a inscrever no comportamento individual do sujeito uma orientação que lhe pareça segundo o entendimento (aproveitando assim as forças de ligação da racionalidade comunicativa) de modo a obter um efeito perlocucionário no agir coordenado de vários sujeitos fundado em fundamentos construídos falaciosamente.

5. A teoria de Habermas no contexto da pós-verdade

Um dos componentes-chave a unir a teoria do agir comunicativo à proposta de uma democracia radical é o conceito de uma esfera pública forte, onde os indivíduos podem se engajar na deliberação democrática e expressar suas opiniões livre e abertamente. Nessa esfera pública forte, os indivíduos são capazes de se envolver em um processo de argumentação e raciocínio, no qual podem desafiar os pontos de vista uns dos outros e chegar a uma solução mutuamente aceitável.

Outro aspecto importante da teoria do agir comunicativo é o pensamento crítico. Para alcançar um entendimento comum, os indivíduos devem se engajar no pensamento crítico, que envolve avaliar a validade das informações, questionar suposições e analisar evidências. Ao promover o pensamento crítico, a teoria do agir comunicativo ajuda os indivíduos a avaliarem informações e alcançarem uma compreensão mais precisa e informada do mundo. Isso é particularmente importante no contexto da pós-verdade, onde a proliferação de desinformação é uma grande preocupação.

Em terceiro lugar, podemos destacar que a teoria do agir comunicativo também enfatiza a relevância da deliberação democrática, em que os indivíduos são capazes de se envolver em uma comunicação aberta e honesta, onde podem expressar suas opiniões e perspectivas livremente. Por meio desse processo, os indivíduos são capazes de negociar suas diferenças e chegar a um entendimento comum baseado no conhecimento e na verdade compartilhados. Essa deliberação democrática é essencial para combater os efeitos da pós-verdade, pois permite que os indivíduos se envolvam em um processo de entendimento mútuo.

A teoria do agir comunicativo é, portanto, uma estrutura valiosa para entender a relação entre linguagem e verdade (Heltoft, 1981). Através dela, podemos distinguir ação comunicativa e discurso. A ação comunicativa se refere ao ato de transmitir informações, estabelecer relações sociais e expressar opiniões ou sentimentos, enquanto o discurso se refere ao debate sobre a validade das declarações (Ky Dong, 2020). Nesse sentido, a teoria de Habermas destaca a importância da compreensibilidade, verdade, sinceridade e correção em cada ato de fala.

A ascensão no uso do termo e na compreensão do fenômeno da pós-verdade, notadamente a partir de 2016, evidencia um novo momento da modernidade tardia, como caracterizado anteriormente. A desorientação e a busca por novos marcos de referência (sejam elas relacionadas ao tempo, ao saber, à tecnologia ou mesmo à cultura) levam à criação de realidades paralelas, que se distanciam gradativamente do mundo objetivo. A sede por uma bússola de orientação da existência, acaba por facilitar a adesão a discursos extremistas e a reforçar os vieses de confirmação – sempre ampliados pelos algoritmos das plataformas digitais. Na sua teoria do agir comunicativo, Habermas prevê, mesmo a partir de um ato de fala racionalmente motivado, a referência a outros mundos – que sejam: o mundo exterior (o objetivo e o social) e o mundo interior.

Com a força ilocucionária de uma externalização, o falante pode motivar o ouvinte a aceitar sua oferta de um ato de fala e, com isso, motivá-lo a estabelecer uma ligação racionalmente motivada. Tal concepção prevê que sujeitos aptos a falar e agir possam fazer referência a mais que um único mundo; e que, ao se entenderem uns com os outros sobre alguma coisa em um mundo único, embasem sua comunicação sobre um sistema de mundos que suponham de maneira compartilhada. (Habermas, 2012, p. 484)

Cabe ainda mencionar que no contexto da pós-verdade, Vittorio Bufacchi (2021) defende uma *teoria consensual da pós-verdade*, que sugere que a verdade e a pós-verdade têm mais em comum do que geralmente se supõe. Bufacchi baseia-se na teoria consensual da verdade de Habermas para argumentar que o potencial para o consenso está sempre presente na ação comunicativa, mesmo nos casos em que há desacordo. Por isso, ao apontar para uma esfera pública forte, pensamento crítico e deliberação democrática, a teoria do agir comunicativo pode ser utilizada para entender e combater os efeitos da pós-verdade. Mesmo em um ambiente onde emoções, opiniões e crenças pessoais são frequentemente priorizadas sobre fatos e evidências, a teoria de Habermas oferece uma estrutura para entender a importância da comunicação eficaz na promoção da verdade e da compreensão.

Embora a teoria do agir comunicativo forneça uma estrutura valiosa para compreender e enfrentar a pós-verdade, ela também apresenta limitações importantes. Um dos grandes desafios reside na dificuldade em promover o pensamento crítico numa era de aceleração social do tempo, mídias digitais e autoritarismo.

Nesse contexto, uma das limitações da teoria de Habermas ao não ser pensada a partir do segundo desafio mencionado é a suposição de que os indivíduos são plenamente capazes de se engajar no pensamento crítico e na deliberação democrática. Em uma era de aceleração social do tempo, onde as informações mudam rápida e constantemente, pode ser difícil acompanhar os últimos desenvolvimentos e se engajar no pensamento crítico. Como vimos anteriormente, o ritmo acelerado da mídia digital também significa que os indivíduos são frequentemente expostos a um fluxo constante e a uma sobrecarga de estímulos, o que pode dificultar a retenção, a avaliação das informações e, por conseguinte, a obtenção de um entendimento comum.

Outra limitação da teoria de Habermas é a questão de promover o pensamento crítico em uma era de autoritarismo. Em muitas partes do mundo, há uma tendência crescente ao autoritarismo, onde o governo ou outras entidades poderosas controlam o fluxo de informações e restringem a liberdade de expressão e buscam deslegitimar instituições. Isso pode dificultar que os indivíduos se envolvam em deliberações democráticas e expressem suas opiniões livre e abertamente. Além disso, o aumento do

autoritarismo também pode levar à supressão do pensamento crítico, pois os indivíduos podem ter medo de expressar suas próprias opiniões e desafiar os pontos de vista que entendem ser predominantes em determinados ambientes.

Um último aspecto a ser considerado é que a prevalência das mídias digitais criou novos obstáculos à efetivação da proposta Habermasiana. A internet facilitou o acesso das pessoas às informações, mas também facilitou a disseminação rápida de desinformação. Nesse contexto, pode ser difícil para os indivíduos avaliar informações e chegar a um entendimento comum. Além disso, o anonimato da mídia digital pode levar à disseminação de discursos odiosos e nocivos, dificultando o envolvimento de indivíduos em uma comunicação construtiva. Com isso, o risco de romper as pretensões de validade e a busca do entendimento é real, como constatado pelo autor: “Em situações de um agir veladamente estratégico, ao menos o comportamento de um dos participantes está orientado para o êxito, e os demais são levados a continuar acreditando que todos estão cumprindo os pressupostos do agir comunicativo” (Habermas, 2012, p. 573).

6. Conclusão

A teoria do agir comunicativo de Habermas oferece uma estrutura valiosa para entender a relação entre linguagem e verdade, e combater os efeitos da pós-verdade. Ao reforçar a importância de uma esfera pública forte, do pensamento crítico e da deliberação democrática, ela oferece um meio para que os indivíduos se envolvam em uma comunicação eficaz, avaliem informações e cheguem a um entendimento comum. Dessa forma, a teoria do agir comunicativo pode ajudar a promover uma compreensão mais precisa do mundo em uma época em que os efeitos da pós-verdade parecem ser cada vez mais predominantes. Observamos, no entanto, que a teoria do agir comunicativo tem limitações caso não possa ser pensada a partir do desafio do contexto de pós-verdade, permeado por algumas questões levantadas como: a aceleração social do tempo, as mídias digitais e o autoritarismo. Tais problemáticas afetam o potencial de efetivação da proposta de uma democracia deliberativa fundada em uma esfera pública forte.

Diante deste contraste, compreende-se que o caminho para lidar, a partir do referencial Habermasiano, com a pós-verdade deve passar pela compreensão do entrelaçamento entre racionalidade comunicativa e estratégica, especialmente considerando o uso parasitário com que o agir estratégico é utilizado. Este foi, sobretudo, o objetivo deste artigo: abrir a senda de reflexão que permitisse, diante das limitações observadas, indicar se haveria ainda potencial na proposta Habermasiana para pensar em soluções para o problema.

À guisa de conclusão, provisória, a exigir continuidade de pesquisa, compreendeu-se que inscrever as mencionadas limitações lidas a partir do contexto da pós-verdade no uso parasitário do agir estratégico (que deve ser numa próxima pesquisa, ainda, compreendido à luz da tese da colonização do mundo vivido pelos sistemas) guarda um potencial importante para viabilizar a busca por efetivar o projeto de uma democracia deliberativa. Resta, portanto, nada obstante, perscrutar soluções a esta problemática a partir deste referencial. É dizer: agora que este artigo sedimentou a possibilidade, consideradas as limitações, de tratar da pós-verdade a partir do referencial da teoria do agir comunicativo, segue-se o objetivo de desdobrar esta pesquisa para refletir sobre como este modelo pode oferecer soluções para lidar com a pós-verdade alimentada pela aceleração social do tempo, das mídias sociais e do autoritarismo.

Fontes de financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Referências bibliográficas

- Andriolo, E. (2021). *A estratégia pós-verdade: táticas de deslegitimação*. Appris.
- Bufacchi, V. (2021). Truth, lies and tweets: A Consensus Theory of Post-Truth. *Philosophy & Social Criticism*, 47(3), 347-361. <https://doi.org/10.1177/0191453719896382>
- Bustamante, E. (2010). A digitalização integral das indústrias culturais. *Observatório Itaú Cultural*, 9, 71-85.
- Canclini, N. G. (2008). *Leitores, Espectadores e Internautas*. Iluminuras.
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, 2a edição. Zahar.
- Foucault, M. (1996). *A Ordem do discurso*. Loyola.
- Habermas, J. (1990). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Unesp.
- Habermas, J. (1990). *Pensamento Pós-Metafísico*. Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2000). *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social*. Martins Fontes.
- Habermas, J. (2004). *Verdade e Justificação*. Loyola.
- Han, B.-C. (2021). *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Vozes.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. Loyola.
- Heltoft, L. (1981). Grammar and the Intersubjectivity of Language. Focus on Epistemic Verbs. *Nordic Journal of Linguistics*, 4(2), 91-109. <https://doi.org/10.1017/S0332586500000706>
- Keyes, R. (2018). *Era da pós-verdade: Desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Editora Vozes.
- Kumar, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Zahar.
- Ky Dong, T. (2020). The theory of communicative action of Jürgen Habermas with religious issues in the public sphere. *VNUHCM Journal of Social Sciences and Humanities*, 4(1), 217-225. <https://doi.org/10.32508/stdjssh.v4i1.536>
- Lévy, P. (2010). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2011). *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2003). *Escritos sobre educação*. PUC-Rio.
- O’Neil, C. (2021). *Algoritmos de Destruição em Massa*. Rua do Sabão.
- Piovezani, C., Curcino, L. & Sargentini, V. (2021). O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. In *Discurso e (pós)verdade* (pp. 7-18). Parábola.
- Postman, N. (1994). *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. Nobel.
- Rosa, H. (2019). *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Unesp.
- Tesich, S. (1992). A government of lies (political ethics). *The Nation*, 254, 12-13.
- Wilke, V. C. L. (2019). No tempo das fake news e da pós-verdade – política, democracia e literacia midiática. In S. Pereira (Org.), *Literacia Media e Cidadania: Livro de Atas do 5º Congresso* (pp. 381-398). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).